IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de São Mateus
Estado do Espírito Santo ,

Lual Molas e Freios, inscrita no CNPJ sob nº 04.880.363/0001-10, com sede à Rodovia Governador Mario Covas km 70, nº 371 Bairro Seac, São Mateus-ES, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2025**, com fundamento no art. 41, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, pelos motivos a seguir expostos:

1. Da Omissão do Edital quanto à Exigência de Capacidade Técnica

O edital em referência, destinado à contratação de Empresa para manutenção em veículos automotores (leves e pesados), por demanda, com fornecimento e aplicação de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, incluindo-se todos os serviços de mecânica e elétrica em geral, sistema de ar condicionado, caixa de câmbio, alinhamento, balanceamento para os veículos que compõem a frota do setor de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de SÃO MATEUS/ES, deixou de exigir, para fins de habilitação, a apresentação de atestados ou declarações que comprovem a capacidade técnica da licitante para execução do objeto licitado.

Ocorre que, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá exigir, como condição para a habilitação, a comprovação de aptidão técnica compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, visando assegurar a adequada execução contratual. Ressalte-se que a capacidade técnica é elemento fundamental para garantir que o contratado possua experiência e qualificação suficientes para o desempenho do serviço ou fornecimento.

A ausência dessa exigência compromete o princípio da isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal) e da seleção da proposta mais vantajosa (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), além de expor a Administração ao risco de contratar empresa inabilitada tecnicamente para execução do objeto.

2. Da Ausência de Exigência de Autorização Ambiental de Funcionamento

Ademais, o edital não prevê a exigência de apresentação de Autorização Ambiental de Funcionamento emitida pelo órgão ambiental competente do município ou do estado sede da empresa licitante, ou, alternativamente, de Licenciamento Ambiental Estadual válido, documento indispensável para a operação de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

Nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 140/2011, compete aos entes federados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais ou potencialmente poluidoras. Ainda, o art. 14, §1º, da mesma norma estabelece que nenhuma pessoa física ou jurídica poderá instalar ou operar atividade ou empreendimento sem prévio licenciamento ambiental.

A exigência desse documento em edital de licitação atende não apenas às normas ambientais, mas também aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, resguardando o regular exercício contratual e evitando a contratação de empresas em situação irregular perante os órgãos ambientais.

3. Do Pedido

Diante do exposto, requer-se:

a) A retificação do edital, com a inclusão, no item de habilitação, das seguintes exigências:

Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão da licitante para

execução de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, conforme art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021;

Apresentação de Autorização Ambiental de Funcionamento emitida pelo órgão ambiental competente municipal ou estadual, ou, alternativamente, de Licenciamento Ambiental Estadual vigente e pertinente ao objeto da licitação, conforme art. 2º, I, e art. 14, §1º, da Lei Complementar nº 140/2011.

b) A prorrogação da data de abertura do certame, caso necessária, para adequação dos licitantes às novas exigências, conforme art. 41, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Mateus, 13 de maio de 2025

Jilvan Nobre Brito
Socio-Administrativo